

# AS AGENDAS DOS CANDIDATOS

Tiago Moreira de Sá

O presente artigo analisa as agendas de política externa de Barack Obama e John McCain, sendo o seu principal objectivo identificar as respectivas orientações internacionais a partir das semelhanças e diferenças das propostas apresentadas.

## A AGENDA DE BARACK OBAMA

Num artigo publicado na edição de Julho-Agosto de 2007 da revista *Foreign Affairs*, editada pelo Council for Foreign Relations, Barack Obama formulou as suas propostas para a política externa dos EUA.

Logo no início do texto, o candidato democrata à Casa Branca recusou qualquer tentação isolacionista e defendeu «a renovação da liderança norte-americana» no mundo, no plano «militar, diplomático e moral».

Quanto à extensão deste compromisso de Washington nos assuntos internacionais, Obama afirmou que «a missão dos Estados Unidos é a de prover uma liderança global», estando «na ofensiva em toda a parte, do Djibuti a Kandahar».

Já em relação à forma desta actuação externa, o senador do Illinois sustentou que esta devia ser multilateral, fazendo-o, por exemplo, na afirmação de que «a América não pode enfrentar os desafios deste século sozinha», ou no propósito de «criar parcerias tão fortes quanto a aliança anticomunista que venceu a Guerra Fria».

Todavia, Barack Obama não rejeitou o uso unilateral da força, nem mesmo o recurso à sua modalidade preventiva, justificando ambas em nome dos interesses vitais dos EUA; escreveu ele na parte mais importante do artigo:

«Não hesitarei em usar a força para proteger o povo americano ou os nossos interesses vitais sempre que formos atacados ou perante uma ameaça iminente. Temos também de considerar o uso da força militar em circunstâncias que estão para além da autodefesa para prover a segurança comum que suporta a estabilidade global.»

No centro da agenda de política externa do candidato democrata está a questão do Iraque. Na sua proposta inicial, sustentada no texto em apreço, Obama defendeu que a «renovação da liderança da América no mundo» implica, em primeira instância, o «fim responsável da guerra do Iraque» e assumiu o compromisso de «retirar todas as brigadas de combate até 31 de Março de 2008». Porém, não deixou de acrescentar que «a transferência» das tropas americanas pode ser «temporariamente suspensa» se o Governo iraquiano cumprir os «níveis de segurança, políticos e económicos com que se comprometeu»<sup>1</sup>.

O plano de Obama para o Iraque foi desenvolvido, e parcialmente revisto, num texto incluído no seu site oficial. Nele afirma-se o propósito de iniciar «de imediato» a «retirada das tropas envolvidas em operações de combate», a um ritmo de «uma ou duas brigadas todos os meses», devendo esta estar «completa» até ao final de 2009. Mas o senador não excluiu a hipótese de as tropas americanas «permanecerem no Iraque ou na região» para «protegerem os diplomatas e os militares» dos EUA no país, «continuar a combater a Al-Qaida» e «intervir em caso de genocídio». E o plano apresentou duas outras propostas importantes que merecem ser destacadas: a realização de uma «convenção constitucional liderada pelas Nações Unidas»; o estabelecimento de contactos diplomáticos com «todas as nações da região», logo, também com o Irão<sup>2</sup>.

Ainda no artigo publicado na *Foreign Affairs*, Barack Obama sustentou que o cerne do problema do Médio Oriente está na questão israelo-palestiniana, e não no Iraque, devendo por isso Washington «focar a sua atenção e influência» na resolução deste conflito. A este respeito, ficou expresso «o claro e forte compromisso com a segurança de Israel», o «mais forte aliado dos Estados Unidos na região» e a «única democracia aí estabelecida», sendo este «o ponto de partida» para um desejado «acordo duradouro» entre o Governo israelita e a Autoridade Palestiniana, assente no princípio da existência dos «dois estados».

O Irão foi a outra prioridade identificada na região do Médio Oriente, sendo que, como vimos, o candidato democrata admitiu a existência de contactos diplomáticos com Teerão, escrevendo mesmo que os Estados Unidos «não devem hesitar em falar directamente com o Irão». Não obstante, acrescentou: «não devemos excluir o uso da força».

O motivo para a manutenção da opção militar na questão iraniana ficou claro: «é demasiado perigoso ter armas nucleares nas mãos de uma teocracia radical». De resto, para o senador do Illinois «a ameaça mais urgente à segurança da América e do mundo» reside precisamente na «proliferação de armas nucleares», sobretudo dado o risco de estas serem «adquiridas por terroristas».

Para combater este perigo fundamental, Obama advogou desde logo uma «cooperação activa com a Rússia», residindo aqui outra das novidades importantes da sua agenda externa. Segundo ele, embora os norte-americanos não devam deixar de «forçar mais democracia na Rússia», precisam igualmente de «trabalhar com o país em áreas de

interesse comum» – acima de tudo em «garantir que as armas e os materiais nucleares estão seguros».

Outra proposta no âmbito desta problemática consistiu em «desenvolver uma coligação internacional para impedir o Irão de adquirir armas nucleares e para eliminar o programa nuclear da Coreia do Norte».

Mas se o perigo mais urgente reside no campo nuclear, já a tarefa mais premente consiste no combate ao terrorismo global. E, neste âmbito, Barack Obama considerou o Iraque como «um desvio» do «combate contra os terroristas que atacaram a América no 11 de Setembro». Para ele, «a frente central da guerra contra a Al-Qaida» está «no Afeganistão e no Paquistão», devendo a política externa norte-americana «recenter-se» nestes dois países.

Em relação ao Afeganistão, o candidato apresentou duas propostas com alcance a curto prazo, como sejam, «o reforço das tropas» americanas e negociações com os aliados europeus da NATO para a «remoção das limitações» impostas ao nível da natureza das operações a desempenhar pelas suas Forças Armadas. Já sobre o Paquistão, disse que ia «insistir» – e «não apenas pedir» – com o Governo daquele país para «punir severamente os taleban, perseguir Osama bin Laden e pôr termo ao seu relacionamento com todos os grupos terroristas»<sup>3</sup>.

Barack Obama aprofundou o seu plano para a guerra contra o terrorismo num outro documento incluído no seu site oficial.

Nele, concretizou-se que o aumento de tropas no Afeganistão inclui «o envio de, no mínimo, duas brigadas adicionais (7000 elementos)» com o duplo objectivo de «reforçar as operações de contraterrorismo» e «apoiar os esforços da NATO no combate aos taleban». Quanto ao envolvimento dos países europeus no esforço de guerra em território afegão, pode ler-se no documento:

«[...] alguns países que contribuíram com forças estão a impor restrições sobre em que locais as suas tropas podem actuar, limitando as opções dos comandantes no terreno. Em particular a França e a Alemanha têm sido incapazes em empenhar tropas em áreas onde os combates são mais intensos. Como Presidente, Obama vai trabalhar com os aliados da NATO para acabar com estas restrições onerosas e reforçar a capacidade de combate NATO».

No mesmo texto, especificou-se também a orientação a seguir para o Paquistão, identificado como «a base» da Al-Qaida para «lançar ataques no Afeganistão» e em outras áreas da Ásia Central. Consequentemente, foi assumido o compromisso de «condicionar a ajuda militar dos Estados Unidos ao Paquistão» à existência de «progressos» por parte do Governo de Pervez Musharraf no «desmantelamento dos campos de treino terroristas», na «expulsão de operacionais estrangeiros» e na «prevenção» do uso do território paquistanês como «base para atacar o Afeganistão». E, numa das partes com

maior alcance, pode ler-se ainda no documento: «[...] se os EUA tiveram informações seguras sobre a existência de alvos terroristas muito importantes e o Presidente Pervez Musharraf não actuar, a Administração de Obama vai fazê-lo»<sup>4</sup>. Isto é, o candidato democrata deixa em aberto a opção de lançar ataques em território paquistanês mesmo à revelia das autoridades locais.

A agenda de política externa de Barack Obama não esqueceu outro assunto primordial para os interesses norte-americanos e para a ordem internacional, nomeadamente o relacionamento entre Washington e Pequim. Embora reconhecendo a inevitabilidade da existência de «competição» entre os dois países em algumas áreas, o senador defendeu uma «cooperação» sino-americana nas questões de interesse comum. E, indo mais longe, escreveu o seguinte no artigo da *Foreign Affairs*: «Vou encorajar a China a desempenhar um papel responsável enquanto potência em ascensão de modo a contribuir para liderar a resposta aos problemas comuns do século XXI.»<sup>5</sup>

Finalmente, importa dar uma atenção especial às propostas do candidato democrata para a Europa.

Começando por criticar duramente a política da Administração Bush para o continente europeu, classificando-a de «oito anos de unilateralismo gratuito, arrogância e falta de diplomacia», Obama defendeu uma «aliança mais forte com a Europa».

Com este objectivo, sustentou, em primeiro lugar, o «fortalecimento da NATO» e a «continuação do seu alargamento à Europa Central e de Leste»; porém, como referimos anteriormente, exigiu um maior envolvimento dos aliados europeus da Aliança Atlântica no Afeganistão.

Em segundo lugar, advogou o apoio norte-americano ao aprofundamento do projecto da União Europeia, nomeadamente à sua «estratégia de alargamento» que classificou de «a mais bem-sucedida estratégia de democratização na história». Em terceiro lugar, comprometeu-se a «manter um relacionamento económico aberto» com a União Europeia. Por último, defendeu uma parceria com os europeus para o estabelecimento no continente de um sistema de defesa antimíssil. No seu site oficial, pode ler-se acerca deste tópico primordial:

«Barack Obama não vai poupar esforços para proteger os americanos das ameaças colocadas pelas armas nucleares e os mísseis balísticos. Com o Irão a avançar activamente nas duas áreas, será irresponsável não explorar a possibilidade de desenvolver um sistema de defesa antimíssil na Europa para proteger os Estados Unidos destas ameaças. [...] Em vez de uma iniciativa precipitada e unilateral para desenvolver um sistema não testado de acordo com um calendário político, Obama vai trabalhar de modo estreito com os aliados da NATO para implementar tecnologias que respondam a toda a extensão das ameaças dos mísseis balísticos à América ou aos seus aliados. Ele vai consultar a Rússia na procura de uma cooperação mutuamente benéfica no campo da defesa antimíssil, mas não vai conceder àquela qualquer veto sobre decisões relativas à segurança nacional dos Estados Unidos.»<sup>6</sup>

## A AGENDA DE JOHN MCCAIN

Tal como Barack Obama, também John McCain elaborou as suas propostas para a política externa dos EUA na revista *Foreign Affairs*.

Num artigo publicado na edição de Novembro-Dezembro de 2007, o candidato do Partido Republicano à Casa Branca afirmou como ponto de partida para a sua agenda internacional que a próxima Administração norte-americana deve ter «um mandato para construir uma paz global e douradora, alicerçada nos valores da liberdade, segurança, oportunidade, prosperidade e esperança». E acrescentou:

«Como Presidente, vou procurar criar um círculo de aliados tão vasto quanto possível através da Liga das Democracias, da NATO, das Nações Unidas e da Organização de Estados Americanos. [...] Trabalhar multilateralmente pode ser uma experiência frustrante, mas enfrentar os problemas com os aliados tem resultados muito melhores do que fazê-lo isoladamente.»

No centro desta orientação, descrita pelo próprio como baseada em «alianças tão internacionais quanto os desafios existentes», está a proposta de McCain para a criação de uma Liga das Democracias<sup>7</sup>.

Num discurso proferido na Hoover Institution a 1 de Maio de 2007, o senador do Arizona pormenorizou esta ideia, uma das principais originalidades da sua agenda externa.

Começando por rejeitar qualquer semelhança entre esta nova organização e a «falhada Liga das Nações de Woodrow Wilson», McCain disse que ela pretende constituir-se como uma união das «nações que partilham os mesmos ideais» e devem «trabalhar em conjunto pela paz», assumindo-se como «o centro de uma ordem internacional pacífica e baseada na liberdade». Quando ao seu âmbito de acção, o senador do Arizona advogou que ela «pode actuar quando as Nações Unidas forem incapazes de agir», como, por exemplo, no «alívio do sofrimento humano em lugares como o Darfur», no «combate à sida na África subsariana, na elaboração de «melhores políticas para enfrentar as crises ambientais», na construção de «mercados livres para todos os que partilham os valores da liberdade económica e política», no exercício de uma «pressão concertada» sobre a Birmânia ou o Zimbabwe – «com ou sem a aprovação de Moscovo ou Pequim» –, na «imposição de sanções ao Irão» de modo a «contrariar as suas ambições nucleares», na «concessão de apoio à luta das democracias na Ucrânia e na Sérvia» e na «ajuda a países como a Tailândia no seu regresso ao caminho democrático».

Importa ainda sublinhar que John McCain esclareceu que a Liga das Democracias não se destina a «suplantar a ONU ou outras organizações internacionais», mas a «complementá-las»; e frisou que, embora caiba à América «liderar» este projecto, ele deve resultar de conversações com os aliados, prometendo ainda «convocar uma cimeira de todas as democracias existentes no mundo»<sup>8</sup>.

Mas se a principal novidade da estratégia internacional do candidato republicano reside na Liga das Democracias, já a sua prioridade consiste na luta contra o terrorismo. De acordo com o que escreveu na *Foreign Affairs*, para ele, «derrotar os extremistas islâmicos é o desafio de segurança nacional da actualidade» e «o Iraque é a linha da frente desta "guerra"».

Na realidade, e este é um dos aspectos mais importantes da agenda de McCain, ele defende que o sucesso na luta contra o terrorismo implica «a continuação do esforço para vencer no Iraque», razão pela qual rejeita o que chama de «uma estratégia de retirada sem plano B». Na sua opinião, «as consequências de um falhanço naquele país vão ser terríveis», tais como:

«uma perda histórica face aos extremistas islâmicos que, após terem derrotado a União Soviética no Afeganistão e os Estados Unidos no Iraque vão pensar que o mundo está a evoluir de modo favorável às suas pretensões e tudo é possível; um Estado falhado no coração do Médio Oriente, servindo de santuário para os terroristas; uma guerra civil que pode evoluir rapidamente para um conflito regional e até genocídio; o fim decisivo de qualquer hipótese de uma democracia moderna no Iraque; um convite ao Irão para dominar o Iraque e a região».

Acresce que, para o senador, «o que acontecer no Iraque vai também afectar o Afeganistão», ou seja, uma derrota no primeiro país vai prejudicar, ou mesmo comprometer decisivamente, as probabilidades de vitória no segundo.

Para ele, apesar se terem verificado «alguns progressos no Afeganistão», assistiu-se «recentemente a um ressurgimento dos taleban», o que pode conduzir o país «à situação existente no pré-11 de Setembro», constituindo-se como «um santuário para terroristas», facto de «alcance global». Consequentemente, McCain defendeu um renovado envolvimento em Cabul, consubstanciado num «aumento da forças da NATO», na «suspensão das restrições sobre quando e como essas forças podem combater», na «expansão do treino e concessão de material ao exército nacional afegão através de uma parceria de longo prazo com a NATO».

Outro local decisivo na luta contra o terrorismo, segundo a perspectiva do candidato republicano, é o Paquistão.

Por esse motivo, John McCain comprometeu-se a «continuar a trabalhar» com Pervez Musharraf com vista a «desmantelar as células e os campos que os taleban e a Al-Qaida mantêm nesse país», bem como a travar a «talebanização» da sociedade paquistanesa, um fenómeno que «tem vindo a avançar» nos últimos tempos. Em concreto, ele pretende estabelecer «um compromisso de longo prazo» com Islamabad.

Ainda no mesmo âmbito, o senador escreveu na *Foreign Affairs* que o combate da América deve igualmente centrar-se no Irão, que designou de «o Estado líder mundial do apoio ao terrorismo»?

Tal como referiu num discurso durante a campanha eleitoral, ele considera a posse de armas nucleares por parte do regime de Teerão como «um risco inaceitável», acrescentando, com significado, que «só existe uma coisa pior do que a acção militar e ela é um Irão com armamento nuclear»<sup>10</sup>.

De facto, na sua perspectiva, um Irão «protegido por um arsenal nuclear» vai ser «ainda mais capaz de apoiar ataques terroristas contra todos os que considerar seus inimigos, incluindo os Estados Unidos e Israel», ou mesmo de «conceder materiais nucleares a alguma das redes terroristas suas aliadas». Por esse motivo, McCain, apesar de considerar uma acção militar contra o país como «a opção não preferencial», não só não a exclui como defende mesmo que ela deve «permanecer em cima da mesa».

O Irão, mas também o Hamas e o Hezbollah, constitui na óptica do candidato republicano uma «crescente ameaça à segurança de Israel».

John McCain, que se descreveu como «orgulhosamente pró-Israel», considerou Telavive como a mais importante aliada de Washington na região e prometeu continuar a apoiá-la, incluindo através do «fornecimento do todo o equipamento militar e tecnologia necessários» e da «garantia» de uma «vantagem militar qualitativa»; além disso, não só se comprometeu a «isolar ainda mais os inimigos de Israel, tais como a Síria, o Hamas e o Hezbollah», como lançou um aviso directo ao Irão, afirmando que «está disposto a usar a força militar» contra Teerão caso constitua uma «ameaça real» à segurança israelita, reiterando assim a opção militar no âmbito do problema iraniano. Contudo, ele afirmou igualmente que a prioridade norte-americana para o conflito israelo-palestino deve ser a de «encontrar um acordo de paz duradouro»<sup>11</sup>.

De acordo com a visão de McCain, no mundo actual «o poder está a mover-se para Oriente», nomeadamente para a região Ásia-Pacífico.

Do conjunto dos países em ascensão naquela localização, a China é vista como «o desafio central» para os EUA e, embora o candidato considere que os dois estados «não estão destinados a ser adversários», não deixa de referir que, quando Pequim «constrói novos submarinos e centenas de aviões de combate, moderniza o seu arsenal de mísseis balísticos estratégicos e testa armas anti-satélite os Estados Unidos devem questionar-se com legitimidade acerca das intenções de tais actos provocatórios». E acrescenta: «Sempre que a China propuser fóruns regionais e acordos económicos concebidos para excluir a América da Ásia os EUA vão reagir»<sup>12</sup>. De resto, num documento disponível no seu site oficial, McCain advogou a «manutenção da presença militar» norte-americana na Ásia de Leste e o «reforço da aliança com o Japão e do relacionamento com outros países asiáticos»<sup>13</sup>.

Não obstante a percepção de uma deslocação do poder no mundo actual para o Oriente, o senador do Arizona reafirmou a importância da relação transatlântica, escrevendo mesmo que a sua «revitalização» vai ser «uma das prioridades de topo» da sua política externa. Neste sentido, defendeu o «desenvolvimento de uma política energética comum», de um mercado transatlântico comum» e a «ascensão de uma União Europeia mais forte».

A respeito da última dimensão, disse «apoiar firmemente o esforço da União Europeia para construir uma política de segurança e defesa». E, ao mesmo tempo que avisou os aliados europeus, traçou para eles um papel global: «Têm de despende o dinheiro necessário para construírem uma capacidade militar e civil efectiva que possam projectar em todo o mundo, dos Balcãs ao Afeganistão, do Chade a Timor Leste.»

Ainda a respeito do relacionamento transatlântico, preconiza que aquele se deve basear no multilateralismo, rejeitando o anterior comportamento unilateral do seu país, afirmando que quando os Estados Unidos pensarem «ser necessária uma acção internacional, quer seja militar, económica ou diplomática, devem tentar convencer os seus aliados de que estão certos e, em contrapartida, devem estar dispostos a serem persuadidos por eles»<sup>14</sup>.

Finalmente, também na Europa reside outro assunto considerado prioritário – a Rússia. A posição de John McCain em relação ao antigo rival da América durante a Guerra Fria é especialmente dura. No artigo da *Foreign Affairs* que vimos citando, instou a «uma nova abordagem do Ocidente» ao que chamou de «Rússia revanchista», sustentou a sua «exclusão do G8» e avisou Moscovo que «a NATO é indivisível, do Báltico ao mar Negro», e «as suas portas estão abertas a todas as democracias comprometidas com a defesa da liberdade»<sup>15</sup>.

### **INTERNACIONALISMO MULTILATERAL: O NOVO CONSENSO?**

As agendas dos dois candidatos à Presidência dos Estados Unidos baseiam-se num mesmo conceito: o internacionalismo multilateral.

Como vimos, Barack Obama e John McCain defenderam que a América tem de liderar os assuntos mundiais, que o âmbito da sua actuação é global e deve estar disponível para utilizar todo o seu arsenal de poder – político, económico e mesmo militar – em qualquer região e sempre que os seus interesses vitais estejam em causa. Porém, ambos rejeitaram uma actuação externa unilateral, sustentando antes uma orientação multilateral quer através do reforço das alianças existentes, quer mesmo por via da criação de novas organizações internacionais.

Pelo lado do senador do Illinois esta fórmula pode ser sintetizada pela combinação da afirmação de que Washington tem de «estar na ofensiva em toda a parte, do Djibuti a Kandahar», com o compromisso de criar «parcerias tão fortes quanto a aliança anticomunista que venceu a Guerra Fria»; já pelo lado do senador do Arizona ela é traduzida pelo seu projecto de criação da Liga das Democracias, uma nova organização resultante da união de «todas as nações» que partilham o valor democrático e destinada a liderar a promoção de uma «ordem internacional pacífica e baseada na liberdade». Curiosamente, Barack Obama foi o único a afirmar de modo claro que não rejeitava o uso unilateral, e, se necessário, preventivo, da força.

Não deixa de ser interessante notar que dois conhecidos apoiantes de Obama e McCain, respectivamente Fareed Zakaria e Robert Kagan, tenham escrito artigos acusando o outro lado de defender uma visão muito próxima do «idealismo universal».

Num texto intitulado «Obama the Interventionist», publicado na edição de 29 de Abril de 2007 do *Washington Post*, Kagan afirmou que para o candidato democrata «tudo, todos e qualquer lugar são do interesse estratégico dos Estados Unidos»; ainda de acordo com este autor, ao defender que a América tem de «liderar o mundo no seu combate contra o mal e a promoção do bem [...] Barack Obama pôs termo à ideia de que o alegado idealismo megalómano [...] dos últimos seis anos está em vias de dar lugar a um novo realismo, uma mais modesta e limitada visão dos interesses, capacidades e responsabilidades norte-americanos»<sup>16</sup>.

Zakaria, por seu lado, escreveu recentemente um artigo na *Newsweek* sustentando que os republicanos parecem os «idealistas da actualidade», rotulando os países de «bons ou maus», recusando qualquer «relação com regimes perversos» e estabelecendo como objectivo «a difusão da democracia no mundo», tal como, em sua opinião, o demonstram «os planos» de John McCain de «criação de uma Liga das Democracias», ou de «expulsão da Rússia e da China do G8». Já Obama, segundo este autor, tem «uma visão do mundo muito próxima de um realista tradicional»<sup>17</sup>.

Na realidade, as propostas dos dois candidatos apresentam vários pontos semelhantes. Em primeiro lugar, ambos consideram a luta contra o terrorismo como a prioridade absoluta da política externa norte-americana e estão dispostos a travar um combate à escala global contra a Al-Qaida.

Em segundo lugar, ainda que colocando o Afeganistão em posições diferentes na hierarquia de importância das respectivas agendas, coincidem na defesa do reforço das tropas americanas naquele país e na exigência do fim das limitações impostas pelos aliados europeus ao nível dos locais e natureza de intervenção das suas forças armadas. Em terceiro lugar, os dois consideram o Paquistão como fundamental para a eliminação dos taleban e da Al-Quida e estão decididos a exigir um maior esforço do regime de Pervez Musharraf na perseguição e eliminação das células terroristas organizadas no país. Em quarto lugar, Barack Obama e John McCain admitem o recurso ao uso da força militar no Irão. Contudo, e este é um aspecto relevante, o primeiro aceita negociar directamente com Teerão, sem condições predefinidas.

Em quinto lugar, ambos se comprometem a garantir a segurança de Israel, ao mesmo tempo que prometem envidar todos os esforços para alcançar um acordo de paz entre o Governo israelita e a Autoridade Palestiniana.

Os dois estão ainda de acordo quanto à importância do relacionamento transatlântico para os interesses dos Estados Unidos, sustentando o reforço da NATO, o aprofundamento do projecto da União Europeia e o estreitar dos vínculos económicos entre os dois lados do Atlântico.

Finalmente, quer o candidato democrata quer o republicano defendem o estabelecimento de um sistema de defesa antimíssil no continente europeu.

Todavia, apesar das propostas até agora apresentadas por Obama e McCain terem mais pontos em comum do que diferenças, estas últimas são muito significativas.

Desde logo no Iraque, a principal divergência e a com maior alcance.

O senador do Illinois considera que a América deve retirar as suas forças militares do Iraque até final de 2009, uma vez que, em sua opinião, a prioridade deve centrar-se na luta contra as organizações terroristas no Afeganistão, em primeiro lugar, mas também no Paquistão. Já o senador do Arizona avalia o Iraque como a «linha da frente» da guerra contra o terrorismo e advoga a continuação do esforço militar em Bagdade até que esteja aí estabelecida uma democracia estável. De resto, o republicano reverte as prioridades do adversário e afirma que o que acontecer no Iraque vai afectar o Afeganistão. Não obstante, cumpre recordar que a estratégia de Barack Obama para o Iraque não só admite a permanência de um número não determinado de tropas americanas no território iraquiano, ou, alternativamente na região, como comporta a possibilidade de a própria retirada dos contingentes actualmente aí sediados ser «temporariamente suspensa».

Outra diferença acentuada e com relevância reside na política para a Rússia.

Neste plano, John McCain adopta uma posição muito mais dura do que a do seu adversário, chegando a defender a exclusão da Rússia do G8, ou, ainda mais importante, a inclusão na NATO de todas as democracias existentes «do Báltico ao mar Negro». Obama, por seu lado, aposta sobretudo numa linha de cooperação com Moscovo, afirmando-se disposto a negociar com os seus dirigentes em várias áreas, com destaque para a questão da proliferação de armamento nuclear.

Pode-se ainda encontrar uma divergência semelhante à existente em relação à Rússia no caso da estratégia a adoptar para a China.

Também aqui a posição do candidato republicano tem uma natureza à partida mais conflitual e, embora admita que Washington e Pequim não são obrigatoriamente adversárias, considera que os norte-americanos têm de reagir à política chinesa de rearmamento e às suas tentativas para excluir os Estados Unidos da Ásia. Já o candidato democrata reserva à China um papel liderante na ordem internacional vigente.

Uma última diferença com significado reside na atitude a adoptar para com o regime paquistanês.

Como referimos, ambos concordam com a necessidade de exigir aos dirigentes do Paquistão uma actuação mais empenhada no âmbito do combate ao terrorismo. Porém, enquanto John McCain defende que tal deve ser alcançado através de um compromisso de longo prazo com o Governo de Islamabad, Barack Obama advoga uma estratégia de maior pressão sobre Pervez Musharraf. Indo ainda mais longe, este último foi o único a admitir publicamente uma possível actuação norte-americana contra alvos terroristas localizados no país caso o Governo paquistanês não o faça.

30 de Julho de 2008

## NOTAS

- 1 OBAMA, Barack – «Renewing American leadership». In *Foreign Affairs*. Julho-Agosto de 2007. [www.cfr.org](http://www.cfr.org)
- 2 OBAMA, Barack – «Turning the page in Iraq». Disponível em: [www.barackobama.com](http://www.barackobama.com)
- 3 OBAMA, Barack – «Renewing American leadership».
- 4 OBAMA, Barack – «The war we need to win». Disponível em: [www.barackobama.com](http://www.barackobama.com)
- 5 OBAMA, Barack – «Renewing American leadership».
- 6 OBAMA, Barack – «A stronger partnership with Europe for a safer America». Disponível em: [www.barackobama.com](http://www.barackobama.com)
- 7 MCCAIN, John – «An enduring peace built on freedom». In *Foreign Affairs*. Novembro-Dezembro de 2007. Disponível em: [www.cfr.org](http://www.cfr.org)
- 8 ADDRESSES, Senator McCain – *The Hoover Institution*, 1 de Maio de 2007. Disponível em: [www.johnmccain.com](http://www.johnmccain.com)
- 9 MCCAIN, John – «An enduring peace built on freedom».
- 10 Para um resumo deste discurso cf., por exemplo, [www.cfr.org](http://www.cfr.org)
- 11 [www.jpost.com](http://www.jpost.com)
- 12 MCCAIN, John – «An enduring peace built on freedom».
- 13 [www.johnmccain.com](http://www.johnmccain.com)
- 14 «McCain Op-Ed on the U.S and Europe». In *Financial Times*. 18 de Março de 2008. Disponível em: [www.ft.com](http://www.ft.com)
- 15 MCCAIN, John – «An enduring peace built on freedom». Para um desenvolvimento deste assunto ver também as análises feitas pelo Council on Foreign Relations e pelo German Marshall Found, disponíveis em: [www.cfr.org](http://www.cfr.org) e [www.gmfus.org](http://www.gmfus.org)
- 16 KAGAN, Robert – «Obama the Interventionist». In *The Washington Post*. 29 de Abril de 2007. Disponível em: [www.washingtonpost.com](http://www.washingtonpost.com)
- 17 ZAKARIA, Fareed – «Obama, foreign policy realist». In *Newsweek*. 19 de Julho de 2008. Disponível em: [www.newsweek.com](http://www.newsweek.com)